

Para uma eventual terceira vaga

PREPARAÇÃO DEVE BASEAR-SE NO REALISMO E EVIDÊNCIA CIENTÍFICA



Ver p. 2-3

Resultados da II Conferência Científica sobre COVID-19 vão ser compilados em relatório

Ver p. 18-19

INS aspira estabelecer laboratórios de saúde pública em todas as províncias

Ver p. 20-22

TERCEIRA VAGA DA COVID-19 NO PAÍS

Prontidão deve basear-se no realismo e evidência científica



Armindo Tiago fala de duas frentes de combate: reforço da implementação das medidas de prevenção e fortalecimento do sistema de Saúde

O Ministro da Saúde, Armindo Tiago, venceu a necessidade de o país se preparar para uma eventual terceira vaga da COVID-19, não com base no pânico, mas sim no realismo e evidência científica.

O dirigente falava na abertura da II Conferência Científica sobre a COVID-19, organizada pelo Instituto Nacional de Saúde (INS), em parceria com a Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM) e Sociedade do Notícias (SN), e realizada nos dias 16 e 17 do mês em curso.

“Devemos nos preparar, simultaneamente, em duas frentes. Por um lado, devemos reforçar a implementação das medidas de prevenção da COVID-19 e, por outro, continuaremos a fortalecer o sistema de Saúde,

para fazer face a um possível aumento do número de doentes internados”, indicou.

Tiago disse que, depois de enfrentar as duas vagas passadas, Moçambique está a preparar-se para o cenário moderado a pior, numa altura em que países como África do Sul, Namíbia e Zâmbia já sofreram os efeitos da terceira vaga, que é de intensidade superior em

relação às duas anteriores.

“A pandemia da COVID-19 ainda está longe do fim. O relativo sucesso que tivemos até agora, no seu controlo, não deve servir para aumentar a ilusão de que vencemos a pandemia. O relaxamento precoce pode ter consequências dramáticas, como é ilustrado pela situação trágica vivida em alguns países da América do Sul e da



O relativo sucesso conseguido no combate à doença não deve servir para aumentar a ilusão de vitória sobre a doença

Ásia”, disse.

Na mesma ocasião, o Director-Geral do INS, Ilesh Jani, explicou que a II Conferência Científica sobre a COVID-19 decorre no contexto de geração, promoção e incorporação da evidência científica pela instituição que dirige.

“A divulgação e o debate são elementos essenciais para a geração de evidência científica. É nesse contexto que realizámos, em Junho do ano passado, a primeira, e, hoje, iniciamos a segunda Conferência Científica sobre a Covid-19”, esclareceu.

Os presidentes do Conselho de Administração da SN e da TVM, Júlio Manjate e



Ilesh Jani destaca importância do debate e divulgação na geração de evidência científica

Faruco Sidique, respectivamente, e o representante do PCA da RM, António Barros, partilharam as acções que os órgãos de Comunicação Social que dirigem têm estado a realizar no combate à pandemia, através

da difusão de informações, com base em programas específicos de sensibilização da sociedade para o cumprimento das medidas de prevenção contra a pandemia.

Atraso e mitigação das vagas futuras está ao alcance dos moçambicanos

– **Afirma director-geral adjunto do INS, Eduardo Samo Gudo**



Samo Gudo: Moçambique conseguiu atrasar o início da pandemia em dois meses e meio

Numa altura em que as autoridades da Saúde mostram preocupação em relação à subida de casos positivos da COVID-19 no

país, depois de um significativo abrandamento, o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS), Eduardo Samo Gudo, aponta algumas lições que

se podem capitalizar, para retardar a eclosão da terceira vaga da pandemia.

“O atraso e a mitigação das vagas futuras e a mitigação da sua intensidade constituem uma estratégia ao alcance dos moçambicanos, porque nós conseguimos fazer isto com a primeira vaga”, afiança o investigador.

O pesquisador, que falava na sessão plenária inaugural da II Conferência Científica sobre COVID-19, subordinada ao tema “A evolução da epidemia em Moçambique: Lições aprendidas e desafios, descreveu



Fonte: Internet

Nas últimas semanas, Moçambique caracteriza-se por um aumento da mobilidade e incumprimento generalizado das medidas

as principais características do novo Coronavírus, sublinhando o facto de ele ser selencioso na circulação e rápido na transmissão.

Segundo o orador, Moçambique conseguiu reduzir a intensidade e achatar a curva por duas vezes, e, com isso, a magnitude de transmissão e reporte de casos foi metade da média africana.

Apesar dos sucessos passados, Samo Gudo indica, porém, que o êxito, face à ameaça da terceira vaga, passa pela aposta nas medidas de prevenção, devendo ser aplicadas com um nível de severidade directamente proporcional à gravidade da situação, até porque estudos revelam que, após uma vaga, ainda permanece uma proporção importante de pessoas vulneráveis.

“O vírus está lá. É só aumentarmos a circulação

das pessoas e ‘descumprir’ com as medidas, que o vírus volta a circular. O segundo aspecto é a mobilidade. Fizemos uma análise e concluímos que, antes da segunda vaga, tivemos um incremento da mobilidade, devido ao aumento particular da mobilidade urbana, relacionada com os mercados e actividades de lazer”, explicou.

Sobre a severidade da terceira vaga, o orador indicou que a Namíbia e a Zâmbia, dois dos países africanos que, oficialmente, enfrentam a terceira onda, apresentam números de casos diários superiores aos do pico da segunda vaga, que foi mais severa desde o início da pandemia.

Relativamente à situação das variantes, Samo Gudo avançou que, na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, já circulam três variantes, nomeadamente, Alfa, Beta

e Delta, sendo que, em Moçambique, circula a variante A Beta.

“Neste momento, o continente africano apresenta uma aceleração de transmissão por três semanas consecutivas, sendo o continente com maior aceleração da transmissão ao nível global e é mais intensa ao nível da SADC”, revelou.

Samo Gudo salienta que, nas últimas semanas, Moçambique caracteriza-se por um aumento da mobilidade com destaque para a relacionada com os mercados e actividades de lazer, para além do incumprimento generalizado das medidas, o que contrasta com o contexto nacional e regional, que sugere a necessidade do cumprimento rigoroso das medidas.

No mesmo contexto, o pesquisador esclareceu que o país vai continuar

a implementar as medidas em função da situação vigente, devendo-se fechar ou abrir os vários sectores temporariamente, até que se faça uma transição efectiva para o novo normal, que é a reabertura do sector socioeconómico sem que isso resulte em

re-aceleração significativa de transmissão.

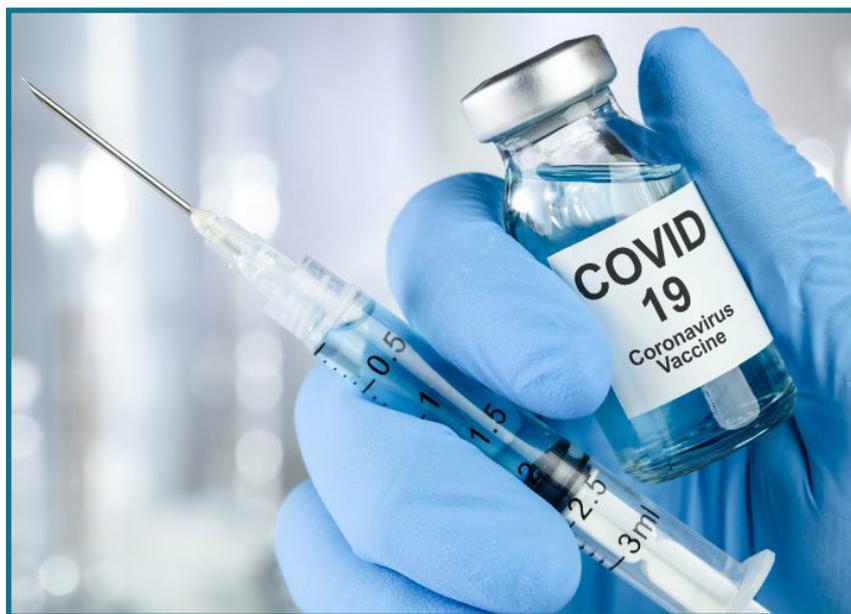
“O novo normal é retoma das actividades socioeconómicas em condições de baixo risco de re-aceleração. Isto significa que temos que mudar práticas, regras e comportamentos.

Isto requer transformação e inovações da nossa sociedade. Toda a sociedade é chamada, rapidamente, a encontrar os melhores caminhos para a rápida e efectiva transição para o novo normal”, venceu.

Vacinas constituem a arma mais eficaz no controlo da COVID-19

– Afiança pesquisador Ricardo Parreira, do IHMT de Portugal

O pesquisador Ricardo Parreira do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Portugal, falando como orador principal do segundo painel da II Conferência Científica sobre a COVID-19, que discutiu o tema “Vacinas contra COVID-19: um olhar sobre o mundo e Moçambique”, considera que a vacinação constitui a arma mais eficaz de que o mundo dispõe, para controlar o impacto da COVID-19 na saúde humana.



Fonte: Internet

Processo de produção, testagem e licenciamento das vacinas foi conduzido sob os mais rigorosos padrões de qualidade - Ricardo Parreira

Segundo o orador, apesar de o processo de produção, testagem e licenciamento das vacinas ter ocorrido em tempo recorde, ele foi conduzido sob os mais rigorosos padrões de garantia de qualidade e segurança, pelo que as vacinas em utilização são seguras e genericamente

eficazes.

Embora congratule os aspectos acima arrolados, Parreira aponta a necessidade de as vacinas serem usadas com atenção, considerando a possibilidade de ocorrência de situações adversas.

“A sua utilização deve ser atentamente monitorizada, tendo em conta a identificação precoce de situações em que possam estar associadas a reacções adversas raras e/ou falhas na eficácia, face à circulação de algumas variantes virais”, recomendou.

Vacinação abrangeu cerca de dois por cento do grupo-alvo

No painel em menção, a chefe do Programa Alargado de Vacinação no Ministério da Saúde (MISAU), Isabel Menetiane, apresentou o tema “Análise sobre a primeira e segunda fase da vacinação contra a COVID-19 em Moçambique”. Respondendo à pergunta sobre como é que o país está em relação ao referido processo, referiu que, ainda que a segunda fase esteja em curso, há cerca de 311 mil pessoas vacinadas, correspondendo a uma taxa de dois por cento de cobertura do total do grupo-alvo.

Segundo a oradora, na primeira fase, foram vacinadas cerca de 90 mil pessoas, cifra correspondente a 90 por cento da meta planificada.

“Tínhamos como plano vacinar cerca de 95 mil e conseguimos vacinar 90 mil. Até ao momento, o país recebeu cerca de 744 mil doses de vacina, das quais 260 da Verocell, doadas pela República da China, e outras 484, adquiridas através do mecanismo Covax”, revelou. A oradora explicou que o país tem três modalidades de obtenção da vacina, designadamente através da aquisição directa, mecanismo Covax e doações.

Sobre a segunda fase,



Fonte: Internet

Processo de vacinação depende da disponibilidade da vacina no país – Isabel Menetiane

iniciada no dia 19 de Abril, a interlocutora referiu que a meta planeada é de cerca de 1.300.000 pessoas. Menetiane explica, ainda, que a taxa alcançada está relacionada à quantidade de vacinas disponíveis.

“O processo de vacinação

depende da disponibilidade da vacina no país, isto é, podemos ter um determinado grupo estabelecido para ser vacinado numa determinada fase, no entanto o que vai ditar o seu cumprimento íntegro será a quantidade da vacina”, esclareceu.

Aceitabilidade da vacina relativamente boa no país

Falando sobre a aceitabilidade da vacina contra a COVID-19 em Moçambique, tema inserido no painel em alusão, Janete Dulá, pesquisadora do Instituto Nacional de Saúde (INS), partilhou que o INS realizou um inquérito auto-administrado online no período entre 11 a 20 de Março do ano em curso, coincidindo com a primeira semana de vacinação. O estudo revelou que

a aceitabilidade foi relativamente boa.

A painelistas disse que, ao fim de 10 dias de recolha de dados, o inquérito teve, aproximadamente, 2 mil respondentes, dos quais 30 por cento eram profissionais de saúde, na sua maioria jovens de 18 a 35 anos de idade, casados ou em união de facto.

“Cerca de 50 por cento dos respondentes tinha já feito o teste para a COVID e, destes, um terço tinha testado positivo. A aceitabilidade, no inquérito que realizámos, foi relativamente boa, foi de 61 por cento na população geral e, quando estratificamos, encontramos que a aceitabilidade nos profissionais de saúde era bastante boa, de cerca de 90 por cento, em comparação os outros respondentes”, disse.

Sobre as constatações em relação às razões de hesitação para vacinar, Janete



Fonte: Internet

Resultados de análises vinculam que as vacinas em uso em Moçambique são seguras

Dulá apontou para o medo relativamente aos efeitos

colaterais e as crenças relacionadas à vacina e eficácia.

Eventos adversos registados não põem em causa segurança da vacina

A directora nacional de Farmácias, Tânia Siteo, falando, igualmente, no mesmo painel, fez saber que a entidade que dirige registou cerca de 850 notificações de eventos adversos da vacinação, que variam de ligeiros a moderados e sete eventos

graves.

A oradora disse que, analisados os referidos eventos, chegou-se à conclusão de que não havia causalidade para a vacinação, o que indica que as vacinas em uso em Moçambique são seguras.

“Para aquilo que é a percepção das pessoas, na prática, do universo vacinado, nós achamos que a vacina continua a ser segura e não tivemos nada mais do que aqueles eventos reportados nas próprias duas vacinas que estão a ser usadas no país”, assegurou.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: INS

Periodicidade: Mensal

Director Nacional de Formação e Comunicação: Rufino Gujamo

Editor: Leonildo Balango

Redacção: Ananias Langa, Denise Milice, Igor Captine, Jacinto Nhancale, José Chichongue Jr, Marta Naene e Mussa Chaleque

Designer e Fotografia: Enoque Cardoso, Júlio Manjate, Júlio Nandza e Sabino Rancho

Email: info@ins.gov.mz - **web:** www.ins.gov.mz.

COM A QUEDA DO PIB

COVID-19 aumentou a pobreza em Moçambique

– Considera Eduardo Neves, docente e consultor em economia

O docente Eduardo Neves diz que a pandemia da COVID-19 levou à queda do Produto Interno Bruto (PIB) no país, facto que, por sua vez, provocou aumento dos níveis de pobreza e desigualdades.

Na sua locução, Neves falou do impacto da COVID-19 sobre a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Moçambique, sublinhando que, quando a pobreza e as desigualdades aumentam, fazem com que as pessoas não consigam atingir as metas.

Em termos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, Moçambique está na posição 152, e, de 2020 para cá, o país perdeu mais



Fonte: Internet

Eduardo Neves: Moçambique está entre os quatros países do continente africano, com maior taxa de incidência de pobreza

posições.

Eduardo Neves falava como orador principal do painel que discutiu o tema “Primeiro ano da COVID-19 em Moçambique: dinâmicas e

implicações socioeconómicas” durante a II Conferência Científica sobre a COVID-19, realizada pelo INS nos dias 16 e 17 do mês em curso.

Mulher entre os grupos mais sofridos

Já a docente e pesquisadora Isabel Casimiro, que abordou o tema “Impacto da COVID-19 sobre a mulher”, no painel acima referido, assinalou que os impactos da pandemia do novo Coronavírus não afectam a todos de igual forma, tendo sido a mulher o segmento que mais sofreu com os seus efeitos.

No seu entendimento, a COVID-19 acrescentou a opressão patriarcal contra as mulheres, a olhar pelo crescimento, nunca visto, da violência do género e por uma maior exploração da sua força de trabalho no espaço doméstico, por estar exposta a uma maior possibilidade de infecção, como é

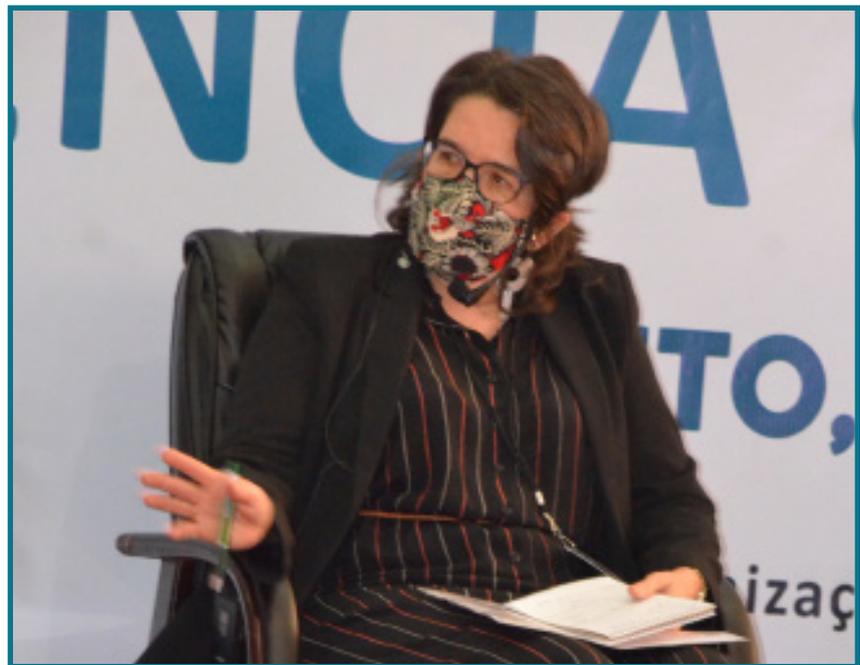
o caso das profissionais de saúde, que estão na primeira linha no combate à pandemia, entre outros aspectos.

“Nós não fomos de forma igual afectadas pela pandemia. A implementação dos programas de reabilitação económica, há alguns anos, resultou no

desmantelamento dos sistemas de saúde em todos os serviços, que deveriam ser considerados um direito de ordem universal para toda a população”, disse, apontando que a situação foi mais grave nos países pobres.

A painelistas assinalou que a mulher faz parte dos segmentos vulneráveis que, de forma mais severa, sentiram as investidas do vírus, posicionando-se entre os mais pobres as profissionais de saúde, tomadas como heroínas, quando, na verdade, são vítimas.

“Entre os grupos mais pobres, duramente afectados, encontram-se as mulheres. As mulheres, como sabemos, são as mais provedoras, as que realizam as múltiplas e simultâneas actividades e, em tempo de pandemia, triplicam o seu



Isabel Casimiro: A pandemia desocultou as diferenças entre Estados pobres e ricos

trabalho, sem qualquer complementaridade por parte dos homens”, disse.

Na análise da palestrante, a pandemia desocultou as diferenças entre Estados pobres e ricos, no que diz respeito aos sistemas de

saúde pública eficaz.

Isabel Casimiro vinca que a pandemia deixa claro que só com sistemas públicos de saúde a funcionarem plenamente é possível gerir, enfrentar e resolver pandemias do tipo da COVID-19.

Canal da procura mais afectado sobretudo nas áreas urbanas

A representante do Ministério da Economia e Finanças (MEF), Enilde Sarmento, integrando o mesmo painel, partilhou resultados dum estudo realizado pelo MEF, com o objectivo de fazer um custeamento económico da COVID-19, com base no Modelo de Multiplicador de Contabilidade Social, que interliga diferentes sectores da economia, tendo concluído que o canal da procura foi o mais

afectado, devido à redução da renda das famílias.

A palestrante indica que, na realização da pesquisa, foram considerados quatro canais, designadamente a oferta, procura, o investimento e as importações e exportações, procurando ver, dum modo geral, como é que ficou a economia face à COVID.

“Definidos os pressupostos e com base na metodologia

utilizada, de um modo geral, os resultados indicaram que o canal da procura foi o mais afectado, porque o consumo das famílias reduziu bastante, isto por conta do rendimento das famílias que, também, ficou bastante afectado”, explicou.

Enilde Sarmento esclareceu, ainda, que a diminuição dos rendimentos das famílias foi por via da redução da produção das empresas e por conta da

mão-de-obra que, por sua vez, ficou bastante afectada. Face a esta situação, a interlocutora diz que a preocupação é verificar como estimular a procura.

Sobre o facto de se verificar mais nas áreas urbanas, a oradora considera que, muito provavelmente, a situação associa-se às regras de distanciamento e à densidade populacional, que foi mais restrita nas áreas urbanas.

Em segundo lugar, de acordo com o referido estudo, o canal mais afectado é o da oferta, seguido pelo das relações com o resto do mundo, que



Fonte: Internet

Enilde Sarmento: O canal da procura foi o mais afectado, porque o consumo das famílias reduziu bastante

é o das exportações e importações.

O estudo foi realizado no período entre segundo trimestre do ano 2020,

período em que se definiu, pela primeira vez, o estado de emergência no país, até ao fim do mesmo ano.

Instituições do ensino superior reiventaram-se face à pandemia



Rufino Gujamo: “As medidas de prevenção exigem das instituições uma elevada criatividade para a continuidade das acções de formação”

Investigadores da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Pedagógica (UP), Uni-Púnguè e Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM) apresentaram, durante a II Conferência Científica sobre COVID-19, resultados de estudos sobre o impacto da pandemia no ensino superior, que apontam que aquelas instituições conseguiram adaptar-se ao contexto da pandemia do novo Coronavírus.

O director de Formação e Comunicação do Instituto Nacional de Saúde (INS), Rufino Gujamo, que moderou a sessão, disse que, em Moçambique, a pandemia não só teve impacto sobre a saúde, como também afecta outras áreas importantes, entre as quais o ensino superior.

“As medidas que têm vindo a ser adoptadas no âmbito da prevenção e controlo têm efeitos importantes sobre o ensino superior e exigem das instituições uma elevada criatividade para a continuidade das acções de formação, investigação e extensão”, referiu.

A docente e investigadora da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane Lurdes da Silva, que falava na posição de oradora principal, abordou o impacto da pandemia na UEM, explicando que, com a eclosão da Covid-19 no país, aquela universidade assegurou a continuidade das aulas através do uso de plataformas virtuais.

“Dada a pressão, introduzimos aulas online através de plataformas como Google Classroom e Skype”, revelou.

No referido processo de mudança, a instituição enfrentou desafios que se resumem no fraco domínio do uso de plataformas digitais por parte dos docentes e estudantes, falta de computadores, smartphones e de fundos para aceder à internet, para além da fraca



Fonte: Internet

Lurdes da Silva: Introduzimos aulas online através de plataformas como Vula, Google Classroom e Skype”

qualidade desta.

Reportadas as dificuldades, a universidade não viu outra saída senão formar docentes e estudantes no Centro de Desenvolvimento Académico e prestar apoio no uso das referidas plataformas.

“Com a autorização para o retorno às aulas, tivemos de compensar a aprendizagem perdida. Para tal, ajustámos o calendário académico e observámos as medidas de higiene e segurança sanitária para a prevenção da COVID-19”, relatou.

Em relação ao pagamento de propinas, a UEM teve que se solidarizar com os mais vulneráveis, reduzindo as mensalidades em 40 por

cento e seus cursos de graduação e pós-graduação durante o estado de emergência, para além de anular as multas contraídas. Outra acção realizada pela instituição consistiu em prestar apoio psicológico aos estudantes.

“Estiveram disponíveis cerca de treze psicólogos do Centro de Aconselhamento ao Apoio Psicológico da Faculdade de Educação durante sete dias por semana, mediante um horário devidamente estabelecido, oferecendo videoconferências sobre saúde mental e direitos humanos”, partilhou.

Lidar com estudantes de deficiência entre os grandes desafios

Questionado sobre o impacto da COVID-19 na Universidade Púngue,

Carlos Mataruca, em representando aquela instituição, disse que a reacção

da universidade em relação à interrupção das aulas teve vários momentos. No entanto, ficou evidente que uma parte dos estudantes, principalmente com deficiência visual, não tinha condições de aderir às aulas em formato online.

“Lidar com os estudantes com deficiência visual que a Uni-Púngue tem foi um pouco desafiante. Chegou-se à conclusão de que se deviam fazer gravações de aulas em formato de áudio, para que estes não ficassem parados durante o processo”, revela.

O palestrante disse que a Uni-Púngue criou, igualmente, uma plataforma de ensino à distância,



Fonte: Internet

Carlos Mataruca: “Lidar com os estudantes com deficiência visual foi um pouco desafiante”

denominada “Sedes”. No entanto, dada a dificuldade financeira para o acesso, decidiu-se, com a

Associação dos Estudantes, pôr fichas à disposição nas repografias locais.

Redução das mensalidades entre as medidas na UP



Fonte: Internet

Manuel Zunguze: Redução da mensalidade em 20 por cento foi uma das principais medidas tomadas pela UP

O docente e investigador da Universidade Pedagógica Manuel Zunguze fez saber que, face às implicações da COVID-19, muitos

estudantes do pós-laboral perderam a sua capacidade financeira para pagar as suas propinas mensais e, diante disso, reduzir a mensalidade

em 20 por cento foi uma das principais medidas tomadas pela instituição.

A universidade, além de reduzir a mensalidade, viu-se obrigada a suspender alguns artigos do seu regulamento académico, para se adaptar à nova realidade.

“Suspendemos alguns artigos do Regulamento Académico que condicionam a presença dos estudantes ao exame final do primeiro semestre de 2020 à aprovação nos testes ao longo do semestre. Com isso, foram admitidos todos os estudantes, mesmo sem terem participado activamente das aulas online”, revelou.

Fizemos de tudo para tentar reduzir as dificuldades

Por sua vez, Stela Mahumana, docente e investigadora do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique, disse que reduzir o fluxo de entrada e saída dos estudantes da instituição foi das grandes dificuldades, sendo que, diferentemente das universidades públicas, o campus do ISCTEM é muito reduzido.

“Um outro pilar que pode ter sido um pouco diferente do que foi aqui apresentado é a estrutura da própria instituição. Nós temos um campus muito mais reduzido que os outros. Temos poucos estudantes, entretanto, para o nosso campus, eles são muitos”, disse.

Para resolver o problema, Stela disse que algumas salas e auditórios reduziram um terço da sua capacidade e adoptou-se o sistema de troca de turnos entre docentes, para



Stela Mahumana: No ISCTEM, nalgumas salas e auditórios, reduziu-se um terço da capacidade

garantir a continuidade das aulas em ordem.

“Tivemos algumas salas que reduziram um terço da sua capacidade e tivemos de fazer vários grupos para a leccionação. Alguns professores

tiveram de fazer vários turnos e acho que foram aspectos mais difíceis para a instituição, que se diferem, até um certo nível, das universidades aqui apresentadas, de forma geral”, referiu.

Acordos para baixar as taxas de internet na UEM

Durante o referido debate, Lurdes da Silva foi chamada a responder sobre as decisões que a instituição tomou em relação aos estudantes que não tinham internet para poderem ter aulas online, tendo dito que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior estabeleceu uma parceria com as empresas de

telefonia móvel, no sentido de garantir aos estudantes um acesso a baixo custo.

“Alguns estudantes da UEM registaram-se nas telefonias e tiveram acesso aos megas mais baixos. No entanto, para assegurar o acesso às aulas, os docentes forneceram fichas em

PDF aos estudantes por e-mail”, revelou, acrescentando que as aulas online beneficiaram apenas a uma parte dos estudantes e, neste sentido, os docentes foram orientados a repetir todas as matérias dadas via online.

Sectores devem reinventar-se para sobrevivência



Fonte: Internet

“Só em 2020, cerca de dois milhões de pessoas podem ter caído na pobreza em consequência da COVID-19” – Fernando Lichucha

Vários investigadores juntaram-se, no dia 17 de Junho corrente, na II Conferência Científica sobre COVID-19, para perspectivar a era pós-COVID 19. Uma das conclusões mais salientes do debate indica que todos os sectores terão de se reinventar, caso queiram sobreviver ao novo normal. Trata-se duma indicação feita pelo professor e investigador Fernando Lichucha, da Faculdade de Economia da UEM.

De acordo com um estudo de simulação feito pelo investigador, em colaboração com o Ministério da Economia e Finanças, o Produto Interno Bruto (PIB), em termos concretos, reduziu em 3.6 por cento e o emprego em 1.9.

Lichucha avançou que, em termos de choques macroeconómicos, o consumo das famílias reduziu em 7.4 por cento e a pobreza aumentou

entre 4.3 e 9.8 por cento só em 2020, o que equivale a cerca de dois milhões de pessoas que, provavelmente, terão caído na pobreza.

Para o investigador, antes mesmo da pandemia, a economia de Moçambique não era das melhores, devido à desaceleração das exportações do carvão, défice fiscal e orçamental, ciclones e desinstabilidade em algumas partes do país. No entanto, com a eclosão do Coronavírus, observa-se a queda do PIB e, conseqüentemente, o aumento do desemprego.

Fernando Lichucha deu, igualmente, um olhar sobre o turismo, negócio e todas actividades que facilitam a troca de bens e serviços, desde o produtor até o consumidor final, e concluiu que toda a cadeia foi afectada.

O investigador acrescentou que, com a queda dos

preços no mercado internacional, houve uma redução de receitas na indústria extractiva, o que contribuiu para a desaceleração da economia.

Por sua vez, partilhando o mesmo painel de debate, Leonardo Chavane, médico docente e, igualmente, investigador da Fundação Manhiça, fez uma radiografia da Covid-19 no país e afirmou que Moçambique nunca teve um sistema de saúde que estivesse preparado para enfrentar uma crise com a dimensão da pandemia da COVID-19.

Para o pesquisador, a pandemia chegou a Moçambique e criou novas necessidades no sentido de desenvolver sistemas e serviços que pudessem responder à demanda e ressaltou o reforço das acções preventivas para reduzir a pressão que podia ocorrer dentro das unidades sanitárias, em

consequência do aumento dos casos.

“Esta acção teve maior sucesso visto que, na primeira vaga, houve um retrocesso deste pico e da pressão das unidades sanitárias”, disse.

O pesquisador afirma que a pandemia criou um efeito na procura de serviços, pois as pessoas que normalmente usam a unidade sanitária,

no surgimento de casos de COVID-19, reduziram a sua frequência.

Segundo Chavane, não existem recursos humanos suficientes para fazer face a uma série de ameaças de saúde e os profissionais de saúde sofrem não só de exaustão física, mas também mental e ficam numa situação em que não podem continuar a enfrentar a crise

sem o apoio psicossocial.

Leonardo Chavane disse que há uma necessidade de se repensar o financiamento no sistema de saúde nacional, acreditando que a pandemia trouxe uma clarificação de áreas que devem ser priorizadas, que incluem a capacitação do sistema para uma preparação antecipada a ameaças desta natureza.

COVID-19 é mais um novo normal



“A pandemia deixou sequelas em termos físicos, psicológicos e emocionais que vão ficar para as outras gerações” – Francisco Noa

Por seu turno, Francisco Noa, docente e pesquisador da UEM, deu um olhar para o futuro e disse que a COVID-19 é mais um novo normal, uma vez que já faz 40 anos que o país passa por recorrentes novos normais.

Na visão do pesquisador, Moçambique já viveu novos normais provocados pela introdução de novas

tecnologias de informação e comunicação, pressão neoliberal, caracterizada pelo lucro e concorrência, conflitos regionais e ciclos de violência que mudaram, radicalmente, a vida das pessoas.

“Em menos de um ano, já perdemos cerca de dois milhões de vidas, quase uma centena de milhões de infectados e com um enorme

vazio nas nossas vidas”, descreveu.

Segundo Noa, a pandemia trouxe várias linguagens corporais e novas gestualidades, pois, há dois anos, se alguém aparecesse com uma máscara, era motivo de alguma inquietação e o uso do cotovelo tinha um carácter negativo, mas, hoje, é um acto de amor.

Noa acredita que a pandemia deixou sequelas em termos físicos, psicológicos e emocionais que vão ficar para as outras gerações, sobretudo pela nova forma de lidar com o luto.

“Se, antes, o luto era um momento de grande socialização nas sociedades africanas, hoje em dia, vive-se o luto de uma forma diferente, distantes uns dos outros, o que, de certa forma, tem causado muita perturbação do ponto de vista emocional, que advém de uma tradição que podemos chamar de multi-secular”, lamentou.

Clara dependência entre os países



“Interdependência entre países foi notória durante a primeira onda da COVID-19”- Carla Braga

A professora e investigadora social Carla Braga falou sobre os novos valores

impostos pela pandemia e afirmou que a interdependência entre os países foi

notória durante a primeira onda da COVID-19 em Moçambique e no mundo, em geral.

Além da interdependência entre os países, no que diz respeito ao financiamento na corrida pela prevenção da Covid-19, a cientista destaca a solidariedade e gratidão como valores notórios durante este processo.

“Vem-me à memória o facto de que, na Itália, as pessoas faziam serenatas a uma hora determinada, em homenagem a todos os trabalhadores de saúde, e penso que este é, sem dúvida, um gesto a reter”, considerou.

Estudo revela risco de terceira vaga da COVID-19 no país

O cientista e pesquisador brasileiro Túlio de Oliveira apresentou, no segundo e último dia da II Conferência Científica da COVID-19 (17), resultados de um estudo de variantes do SARS-COV-2, indicando que a terceira vaga, já em curso na cidade de Gauteng, na África do Sul, é a maior de todas as registadas e representa um perigo para Moçambique.

A pesquisa, realizada em colaboração com o Centro Africano para Controlo e Prevenção de Doenças de África (África CDC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), mostra que

grande parte das infecções por Coronavírus na primeira vaga na África do Sul foi por transmissão local, devido à mobilidade aérea dos europeus, porém 90 por cento das introduções em outros países africanos não mais vêm pela via aérea dos outros países do mundo, mas pela via terrestre.

“A África do Sul não só exportou variantes em mais de 80 países como também exportou para a maioria dos países da África, principalmente para os países do sul da África. Isso aconteceu no final do ano passado, quando muitos turistas e pessoas que trabalham na

África do Sul regressaram ao país de origem, infectados pelo vírus”, revela.

De acordo com o sequenciamento de genomas feito em Fevereiro do ano passado, durante o estudo de variantes da SARS-COV-2 na África, apresentado pelo pesquisador, a África do Sul registou 99 por cento de transmissão local na primeira vaga da COVID-19, devido à mobilidade aérea de Europa para o país.

De Oliveira acredita que não é a única variante que circula na África. O estudo apresentado, igualmente, aponta para a existência de muitas

novas variantes que estão a motivar o crescente número de pessoas infectadas.

“A23.1 e B1.525 são outras variante que estão a dominar as transmissões. Esta última começou na Uganda e está causando a maioria das infecções no oeste da África”, revelou.

Trabalhando com o Ministério da Saúde das Ilhas Maurícias, o orador disse que se constatou a existência de uma nova variante que entrou em Maurícias e causou todas as infecções locais, sendo que esta ilha, até agora, era o exemplo de controlo da infecção.

Para o pesquisador, o facto acima significa que, até nos melhores países da África, quando as variantes atravessam a fronteira, conseguem transmitir-se em massa.

De acordo com o cientista, a variante Delta é das variantes que circulam em mais de 60



Fonte: Internet

Túlio de Oliveira: 90 por cento das introduções do vírus em muitos países africanos aconteceram por via terrestre

países diferentes, conhecida por ter causado a maioria das infecções na Índia. Na sequência, Túlio de Oliveira disse que esta variante ainda não se regista em Moçambique, entretanto o maior perigo é de a variante entrar pelo oeste.

No fim da sua apresentação, o pesquisador reiterou a importância de os países controlarem a carga viral do HIV em seropositivos que contraírem a COVID-19, reforçando o tratamento antirretroviral.

PARA COMBATER A COVID-19

Sérgio Chicumbe defende restrição da mobilidade

O Director Nacional de Inquéritos e Observação em Saúde do Instituto Nacional de Saúde (INS), Sérgio Chicumbe, considera que a melhor arma, para combater a COVID-19, consiste em restringir a mobilidade de pessoas. O dirigente falava durante a II Conferência Científica sobre

COVID-19, realizada no mês corrente, na qualidade de orador principal dum painel que teve como tema de discussão “Avaliação do cumprimento das medidas de prevenção”.

Mónica Frederico, geógrafa e pesquisadora, Ariel Nhancole, geógrafo e mestre

em demografia e saúde, e Cristiano Matsinhe, director-adjunto para Investigação e Extensão no Centro de Estudos Africanos da UEM, tomaram parte na referida discussão, como membros do painel em alusão.

Com base num inquérito de adesão às medidas de

prevenção e nos dados do inquérito sere-epidemiológico, que abrangeu mais de 4 mil pessoas, Sérgio Chicumbe descreveu a ecologia do vírus, reiterando que a transmissão do SARS-CoV-2 depende da existência de um hospedeiro infectado, indivíduo susceptível à transmissão, e do ambiente.

A fonte destaca, ainda, que a mobilidade de pessoas é um dos mediadores e moduladores das interações entre o agente hospedeiro e um indivíduo não infectado. Por esta razão, Chicumbe afirma que restringir a mobilidade é das principais armas que o país tem, para minimizar a transmissão do novo Coronavírus.

“Estamos num contexto em que viagens de pessoas potencialmente infectadas é feita em poucas horas, entretanto o período de incubação da COVID-19 é de vários dias. Assim, uma pessoa infectada pode estar numa outra parte do globo, transportando a infecção para esses locais, daí que uma das melhores armas de combate à pandemia e controlo



Restrição da mobilidade é das principais armas que o país tem, para minimizar a transmissão da COVID-19

da infecção tem sido a restrição da mobilidade”, explica.

Na tentativa de estudar a tendência da mobilidade em Moçambique, o dirigente fez a análise com base nos dados de conexão dos telemóveis às redes de telefonia móvel, por acreditar que os telefones são dispositivos que acompanham as pessoas e permitem a análise do número de dispositivos conectados em certos pontos geográficos de interesse.

De acordo com os resultados

do inquérito em menção, houve uma redução da mobilidade em momentos específicos que levam o dirigente a afirmar que, da primeira à segunda vaga da COVID-19, houve uma redução do número de casos e da mobilidade de pessoas. A fonte, associa este facto às mensagens de consciencialização sobre a prevenção, no que diz respeito às medidas restritivas.

Director do INS diz que Moçambique está perante uma sindemia

O Director-geral do Instituto Nacional de Saúde (INS), Ilesh Jani afirmou, na quinta-feira (17), durante o encerramento da II Conferência Científica sobre COVID-19, que o país está

perante uma sindemia e espera-se que a resposta à Covid-19 contemple soluções para as outras situações endémicas.

De acordo com o Director-geral, a COVID-19 é uma

sindemia, porque acontece no substrato de outras condições endémicas, incluindo as desigualdades socioeconómicas e de alta prevalência de doenças infecciosas.

Segundo o dirigente, a



Resultados da Conferência serão compilados em formato de relatório e partilhados com as autoridades relevantes e a sociedade no geral

II Conferência Científica sobre a COVID-19 insere-se em duas missões do INS, nomeadamente a produção de evidência científica e promoção e incorporação da evidência científica relevante para o país.

Jani explicou que a

participação de oradores por via remota, incluindo de fora do país e da sociedade, através do envio de questões por via de redes sociais, foi o principal diferencial entre esta e a primeira conferência, realizada no ano passado.

O director do INS disse que o evento serviu para mostrar que a pandemia não chegou ao fim e afirmou que o país vai continuar a sofrer com o efeito da transmissão da SARS-COV-2, tanto em vagas de alta transmissão, como em períodos de baixa transmissão.

Como forma de materializar os resultados apresentados durante a conferência, o dirigente assegurou que aqueles serão compilados em relatório, disponibilizados às autoridades relevantes e partilhados com a sociedade no geral.

Jani espera que haja continuidade das discussões em outros fóruns relacionados com a definição de políticas com impacto na saúde, principalmente nas décimas sétimas Jornadas Nacionais de Saúde, a terem lugar nos dias 8, 9 e 10 de Setembro próximo.

COVID-19

#FICA ATENTO 

OMS reforça capacidade de testagem da COVID-19 no INS



Material recebido: INS recebeu três máquinas PCR, reagentes e 6.500 kits de reacção RT-PCR avaliados em cerca de USD 150 mil

O Instituto Nacional da Saúde (INS) tem a sua capacidade de testagem da COVID-19 reforçada, com a recepção, no dia 11 deste mês, de equipamento PCR, disponibilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com apoio da Embaixada da Suíça. Trata-se de três máquinas PCR QuantStudio 5, reagentes e 6.500 kits de reacção RT-PCR, materiais avaliados em cerca de 150 mil dólares americanos.

Na ocasião, o representante da OMS em Moçambique, Joaquim Saweka, assinalou que a doação eleva para cinco o número de máquinas de PCR colocadas à disposição do INS pela OMS, o que vai incrementar a capacidade de testagem em cerca

de 1.500 amostras diárias, para além de expandir a capacidade pelo país.

“A OMS, com o financiamento da Embaixada de Suíça, apoiou no fortalecimento da vigilância da COVID-19, através do treinamento, e na actividade de rastreio de contactos; fornecimento de laptops às províncias, para facilitar a colheita de dados e comunicação e fornecimento de equipamentos de protecção individual”, disse, sublinhando que tudo é no intuito de reforçar a resposta à COVID-19.

A chefe de Cooperação da Embaixada da Suíça, Laila Ruttimann, lembrou que, em Moçambique, uma grande

parte da população ainda não foi vacinada, permanecendo um grande risco de uma terceira vaga da COVID-19 afectar o país de forma severa.

“Estamos muito satisfeitos por este equipamento, financiado pelo Governo da Suíça, ter chegado agora ao país. Este equipamento é apenas uma parte do apoio total da Embaixada da Suíça, OMS e UNICEF, para apoiar o Governo moçambicano no montante de 3,5 milhões de dólares”, revelou, salientando que o Governo da Suíça tem vindo a apoiar, directamente, os seus parceiros provinciais do norte do país.

A responsável disse que, a

nível global, a Suíça faz parte do Mecanismo Covax, com uma contribuição total de cerca de 60 milhões de dólares, para apoiar o combate global da COVID-19.

Ruttimman congratulou o Executivo moçambicano pela eficiente e eficaz preparação da resposta à pandemia, sendo que, em comparação com outros países, Moçambique conseguiu manter as taxas de infecção e mortalidade relativamente baixas.

Por sua vez, o Director-geral do INS, Ilesh Jani, destacou o valor do equipamento, numa altura em que o país se prepara para uma possível eclosão da terceira vaga da pandemia do novo



A doação vai incrementar a capacidade de testagem em cerca de 1.500 amostras diárias

principalmente através do reforço do sistema de saúde.

“Esta pandemia da

permanente de que a pandemia pode ter consequências muito graves. Perto de nós, a situação a que assistimos na Namíbia, Zâmbia e África do Sul é um aviso de que a pandemia não terminou e que o risco para Moçambique é substancial”, alertou.

Na mesma senda, Jani referiu que a utilidade do equipamento vai além do diagnóstico da COVID-19, sendo que, igualmente, pode ser usado na detecção de outras doenças virais e bacterianas, tais como gripe, pelo vírus da Influenza, e enfermidades causadoras da meningite.

“Para além de estarmos a pensar nesta pandemia, também, pensamos na prontidão do país, para responder a outras doenças de carácter epidémico e, possivelmente, até a outras pandemias”, sublinhou.



Equipamento doado, também, tem capacidade de diagnóstico e vigilância de outras doenças de carácter epidémico

Coronavírus. Nas suas palavras, é fundamental que o país continue a preparar-se, para enfrentar a pandemia e mitigar os seus efeitos,

COVID-19 está longe do fim. Os exemplos trágicos que temos visto em alguns países da Ásia e da América do Sul são um lembrete



Equipamento recebido é apenas uma parte do apoio total da Embaixada da Suíça, OMS e UNICEF, estimado em 3,5 milhões de dólares

Plano para estabelecer laboratórios de saúde pública em todas as províncias

Ilesh Jani disse, na ocasião, que a oferta da OMS se enquadra na estratégia do INS de construir capacidade de diagnóstico e vigilância, usando tecnologia moderna em todas as províncias do país.

“Estabelecer essa capacidade ao nível de todas as províncias não significa apenas aumentar a capacidade de diagnóstico, mas também permitir que o resultado seja entregue o mais rápido possível. A entrega rápida do resultado é fundamental, para implementar as acções de controlo da pandemia.

O director partilhou que, ao longo do último ano, o INS estabeleceu capacidade de diagnóstico em quase todo o país, usando uma mistura

de tecnologia de PCR, mas o objectivo, a médio prazo, é que todas as províncias do país tenham um laboratório de saúde pública com capacidade para fazer o diagnóstico da COVID-19, usando uma tecnologia de PCR em tempo real.

“Ao longo do ano passado, estabelecemos essa capacidade com laboratórios de saúde pública em Pemba, Nampula e na Beira e temos intenção de continuar a estabelecer laboratórios de saúde pública em todas as províncias”, vincou, salientando que está em curso a montagem de outros laboratórios ao longo do país e algumas das obras serão concluídas ainda este ano.

Segundo Jani, pela via acima descrita, o equipamento recebido vai ser distribuído pelas províncias de Inhambane, Zambézia e Sofala.

“Ao instalar estes equipamentos em todas as províncias do país, nós estamos a preparar estas províncias para responder à pandemia da COVID-19, mas também para fazer o diagnóstico e a vigilância de outras doenças de carácter epidémico”, explicou Ilesh Jani, agradecendo à OMS e à Embaixada da Suíça.

O acto terminou com uma visita guiada pelo Director-geral do INS aos laboratórios de Virologia, Microbiologia e Isolamento Viral do INS.

Quadros para posições de chefia no INS

Empossados devem privilegiar a união e promover a biossegurança no país



Jani quer conhecimento da estrutura e dos instrumentos legais do INS para uma melhor colaboração na instituição

O Director-geral do Instituto Nacional de Saúde (INS), Ilesh Jani, conferiu posse, na primeira semana do mês em curso, a dezasseis funcionários, para compor os comités de Biossegurança e repartições de Administração e Finanças. Trata-se doze membros do Comité Institucional de Biossegurança, três chefes de repartição, um chefe de departamento e uma chefe da Secretaria-geral no Departamento de Finanças.

Na ocasião, o dirigente apontou a necessidade de união por parte dos membros do referido comité, no

sentido de o órgão se reunir regularmente e velar pela biossegurança e bioproteção em Moçambique.

“O Instituto Nacional de Saúde tem três delegações já em funcionamento na cidade de Maputo, província de Sofala e Nampula. Esta semana, foi aprovada a criação da Delegação do INS na província de Cabo Delgado. Portanto, este comité deve velar pela biossegurança neste contexto das delegações”, precisou.

Na mesma senda, Ilesh Jani recomendou a todos os presentes a conhecerem a estrutura e os instrumentos legais de organização em funcionamento do INS

para a melhor colaboração das várias estruturas da instituição.

Para o cargo de membros do Comité Institucional de Biossegurança, Jani nomeou Amélia Chirindza, Amina de Sousa, Diocesiano Bero, Eulália Buque, Hamida Ismael, Isabel Mahumane, Judite Monteiro, Paulo Arnaldo, Salomão Siteo, Sérgio Mahumane, Tatiana Marrufo e Ângelo do Rosário Augusto, este último como presidente do órgão.

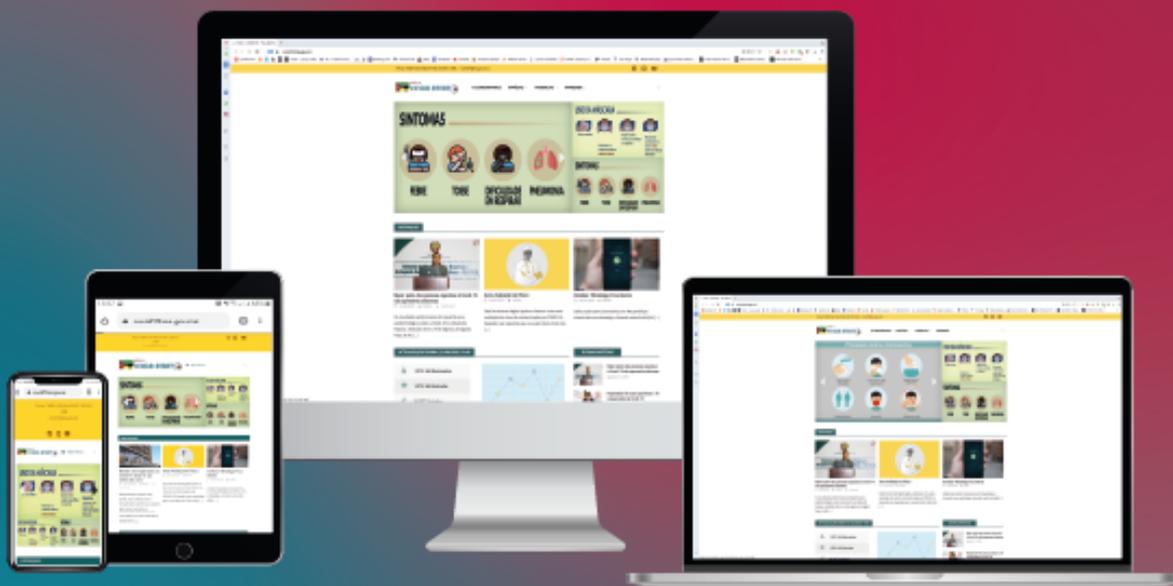
Para exercer o cargo de chefe do Departamento de Serviços laboratoriais de Referência em Saúde foi designada Carla Madeira.

No mesmo âmbito, o dirigente empossou António Júnior para o cargo de chefe de Repartição, Gestão e Desenvolvimento de Investigação em Saúde;

Casimiro Siteo para chefe de Repartição de Estudos, Planificação e Cooperação no Departamento de Finanças e Muari Chipeja para chefe de Repartição de Finanças.

Como chefe da Secretaria-geral no Departamento de Finanças, foi empossada Rabia Fumo.

Fica atento a toda informação sobre a COVID-19 em Moçambique!



Visite o nosso site!
www.covid19.ins.gov.mz